

**SERTÃO, MEDO E REPRESSÃO: A BALAIADA NAS FRONTEIRAS DO NORTE GOIANO  
(1838-1841)*****FEAR, HINTERLANDS, AND REPRESSION: THE BALAIADA ON THE FRONTIERS OF  
NORTHERN GOIÁS (1838–1841)******MIEDO, SERTONES Y REPRESIÓN: LA BALAIADA EN LAS FRONTERAS DEL NORTE  
GOIANO (1838–1841)***Marcelo Santos Rodrigues<sup>1</sup>

e768207

<https://doi.org/10.47820/recima21.v7i6.8207>

PUBLICADO: 06/2026

**RESUMO**

O presente artigo analisa as repercussões da Balaiada (1838–1841) no norte da província de Goiás, atual Tocantins, investigando de que modo a revolta maranhense produziu impactos políticos, militares e administrativos nas fronteiras internas do Império brasileiro. A partir da análise de relatórios provinciais, correspondências administrativas e periódicos da época, especialmente o *Correio Oficial*, o estudo demonstra que a circulação de notícias, rumores e deslocamentos ligados ao movimento rebelde desencadeou um clima de medo político, vigilância e militarização nos sertões do norte goiano. Mais do que simples reflexo periférico da revolta, a região tornou-se espaço estratégico de controle territorial e fortalecimento da autoridade provincial durante o período regencial. O artigo evidencia ainda que a Balaiada ultrapassou os limites do Maranhão, inserindo-se em uma ampla dinâmica sertaneja de circulação política e social que envolvia Maranhão, Piauí e Goiás. Nesse contexto, a repressão ao movimento articulou-se à expansão da presença estatal por meio do fortalecimento da Guarda Nacional, da reorganização administrativa e da ampliação dos mecanismos de controle sobre populações consideradas potencialmente perigosas. Assim, o estudo contribui para ampliar a compreensão das revoltas regenciais a partir das fronteiras internas do Império, destacando o papel do medo político e da militarização na consolidação da ordem imperial nos sertões do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Balaiada. Tocantins. Norte de Goiás. Período Regencial. Sertões. Ordem imperial.

**ABSTRACT**

*This article analyzes the repercussions of the Balaiada Revolt (1838–1841) in the northern region of the province of Goiás, present-day Tocantins, investigating how the Maranhão uprising produced political, military, and administrative impacts on the internal frontiers of the Brazilian Empire. Based on the analysis of provincial reports, administrative correspondence, and nineteenth-century newspapers, especially the *Correio Oficial*, the study demonstrates that the circulation of news, rumors, and movements associated with the rebellion generated an atmosphere of political fear, surveillance, and militarization in the hinterlands of northern Goiás. More than a peripheral reflection of the revolt, the region became a strategic space for territorial control and the strengthening of provincial authority during the Regency period. The article also argues that the Balaiada extended beyond the borders of Maranhão, integrating a broader hinterland dynamic of political and social circulation involving Maranhão, Piauí, and Goiás. In this context, the repression of the movement was connected to the expansion of state presence through the strengthening of the National Guard, administrative reorganization, and the intensification of mechanisms of control*

<sup>1</sup> Licenciado em História pela Universidade Católica do Salvador - UCSal; Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia - UFBA; Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo - USP; Professor de História do Brasil Império da Universidade Federal do Tocantins – UFT;



*over populations considered potentially dangerous. Thus, the study contributes to broadening the understanding of Regency revolts from the perspective of the Empire's internal frontiers, emphasizing the role of political fear and militarization in the consolidation of imperial order in the northern Brazilian hinterlands.*

**KEYWORDS:** *Balaiada. Tocantins. Northern Goiás. Regency Period. Hinterlands. Imperial Order.*

#### **RESUMEN**

*El presente artículo analiza las repercusiones de la Balaiada (1838–1841) en el norte de la provincia de Goiás, actual estado de Tocantins, investigando de qué manera la revuelta maranhense produjo impactos políticos, militares y administrativos en las fronteras internas del Imperio brasileño. A partir del análisis de informes provinciales, correspondencia administrativa y periódicos de la época, especialmente el Correio Oficial, el estudio demuestra que la circulación de noticias, rumores y desplazamientos relacionados con el movimiento rebelde desencadenó un clima de miedo político, vigilancia y militarización en los sertones del norte goiano. Más que un simple reflejo periférico de la revuelta, la región se convirtió en un espacio estratégico de control territorial y fortalecimiento de la autoridad provincial durante el período regencial. El artículo también evidencia que la Balaiada sobrepasó los límites de Maranhão, integrándose en una amplia dinámica sertaneja de circulación política y social que involucraba Maranhão, Piauí y Goiás. En este contexto, la represión del movimiento estuvo vinculada a la expansión de la presencia estatal mediante el fortalecimiento de la Guardia Nacional, la reorganización administrativa y la ampliación de los mecanismos de control sobre poblaciones consideradas potencialmente peligrosas. De este modo, el estudio contribuye a ampliar la comprensión de las rebeliones regenciales desde la perspectiva de las fronteras internas del Imperio, destacando el papel del miedo político y de la militarización en la consolidación del orden imperial en los sertones del norte de Brasil.*

**PALABRAS CLAVE:** *Balaiada. Tocantins. Norte de Goiás. Período Regencial. Sertones. Orden imperial.*

#### **INTRODUÇÃO**

O Período Regencial (1831-1840) constitui uma das fases mais instáveis e complexas da história do Brasil oitocentista. Marcado pela abdicação de D. Pedro I e pela menoridade de seu sucessor, D. Pedro II, o período foi caracterizado por experiências institucionais inéditas, disputas políticas e sucessivas revoltas provinciais que colocaram em xeque a própria estabilidade do Império. Movimentos como a Cabanagem, a Sabinada, a Farroupilha e a Balaiada expressam não apenas conflitos entre liberais e conservadores, mas também tensões sociais, regionais e raciais profundamente associadas ao processo de formação do Estado imperial brasileiro.

A historiografia tem interpretado essas revoltas como manifestações das tensões presentes no processo de construção da ordem imperial brasileira. Para José Murilo de Carvalho, a consolidação do Império ocorreu marcada por permanências herdadas do período colonial e pela dificuldade de construção de uma legitimidade política nacional, aspecto que contribuiu para a recorrência das rebeliões provinciais durante o período regencial. (CARVALHO, 2003)



Em outra perspectiva, Maria Odila Leite da Silva Dias chama atenção para a necessidade de compreender os movimentos populares do século XIX para além das interpretações centradas exclusivamente nas elites políticas e nos espaços institucionais do Império.

Ao discutir a interiorização das dinâmicas políticas e sociais brasileiras, a autora demonstra que os sertões e regiões interiores não constituíam espaços isolados ou passivos, mas áreas atravessadas por tensões, formas próprias de sociabilidade e diferentes experiências de participação política.

Nessa perspectiva, revoltas como a Balaiada, ocorrida no Maranhão, podem ser interpretadas não apenas como explosões de desordem, mas também como manifestações das disputas sociais e políticas presentes nas fronteiras internas do Império, envolvendo populações pobres, homens livres, militares, desertores e grupos marginalizados pelos mecanismos formais de poder (DIAS, 2005).

Emília Viotti da Costa também contribui para compreender as revoltas regenciais a partir das contradições presentes na formação política do Brasil imperial. Para a autora, a consolidação do Estado monárquico ocorreu marcada pela centralização do poder e pela exclusão das camadas populares dos mecanismos efetivos de participação política. Nesse contexto, movimentos como a Balaiada evidenciam não apenas crises regionais de autoridade, mas também os limites de uma estrutura monárquica construída sob forte controle das elites políticas e econômicas. As revoltas populares do período regencial expressavam, assim, tensões sociais profundas em torno da autoridade, da representação política e das formas de inserção das populações pobres no interior do Império (COSTA, 1999).

Nas últimas décadas, novas interpretações historiográficas vêm ampliando a compreensão das revoltas regenciais ao enfatizar seus conteúdos sociais, raciais e populares, bem como os mecanismos de repressão e construção da memória oficial do período.

Maria de Lourdes Mônaco Janotti demonstrou como a memória imperial produziu uma representação das revoltas populares associada à desordem, à criminalidade e à ameaça à civilização, contribuindo para legitimar a repressão conduzida pelo Estado imperial (JANOTTI, 1987). Nesse processo, movimentos como a Balaiada passaram a ser frequentemente reduzidos à condição de banditismo sertanejo ou simples explosão de violência social.

Em perspectiva distinta, mas complementar, Matthias Röhrig Assunção ressaltou a dimensão popular e sertaneja da Balaiada, evidenciando as formas de organização política, circulação social e experiência coletiva dos grupos envolvidos na revolta (ASSUNÇÃO, 1988). Seus estudos demonstram que a participação de homens livres pobres, negros, mestiços,



desertores e sertanejos não pode ser interpretada apenas como manifestação de desordem, mas como expressão das tensões sociais e políticas presentes no interior do Norte do Império.

Já Claudete Maria Miranda Dias ampliou esse debate ao analisar a atuação dos grupos rebeldes no Piauí e nas áreas de fronteira, destacando a circulação interprovincial da revolta e as conexões sertanejas que articularam Maranhão, Piauí e Goiás (DIAS, 2002). A autora demonstra que a Balaiada ultrapassou os limites maranhenses, inserindo-se em uma ampla dinâmica regional de resistência, mobilidade e contestação política no interior brasileiro.

Apesar do avanço da historiografia sobre a Balaiada nas últimas décadas, especialmente no que se refere ao Maranhão e ao Piauí, ainda permanecem reduzidos os estudos dedicados às repercussões do movimento nas regiões de fronteira da província de Goiás, particularmente no atual Tocantins. A maior parte das interpretações concentra-se nos espaços diretamente envolvidos nos confrontos militares, enquanto as dinâmicas de circulação política, medo social, militarização e vigilância no norte goiano permanecem pouco exploradas pela historiografia.

O presente artigo busca contribuir para ampliar a compreensão da Balaiada para além de seus núcleos tradicionais de análise, investigando como a revolta repercutiu no interior setentrional do Império e influenciou práticas de controle territorial e fortalecimento da autoridade provincial nos sertões do norte de Goiás.

A Balaiada não pode ser compreendida apenas como uma disputa entre grupos dirigentes da província do Maranhão. Embora tenha surgido no contexto das rivalidades entre liberais e conservadores da província do Maranhão, o movimento rapidamente assumiu um caráter social mais amplo, incorporando vaqueiros, artesãos, lavradores, indígenas, desertores, soldados de baixa patente e escravizados.

A liderança de figuras como Raimundo Gomes, Cosme Bento das Chagas e Manoel Francisco dos Anjos Ferreira revela a heterogeneidade social do levante e suas múltiplas formas de mobilização. Mais do que um episódio isolado de rebeldia provincial, a Balaiada expressou tensões relacionadas ao recrutamento forçado, à violência das autoridades locais, à precariedade das condições de vida nos sertões e ao medo das elites diante da participação popular armada.

Nesse contexto, o recrutamento militar, os deslocamentos de tropas, o fortalecimento da Guarda Nacional e a vigilância das áreas de fronteira assumiram papel central no processo de consolidação coercitiva do Estado imperial. A Balaiada operou, não apenas como revolta armada, mas também como espectro político capaz de mobilizar mecanismos de controle, repressão e patrulhamento em diferentes regiões do Império.

É nesse quadro que se insere o norte da antiga província de Goiás, correspondente ao atual estado do Tocantins. Situada em uma vasta zona fronteira de circulação entre Maranhão,



Pará, Piauí e Bahia, a região constituía uma das chamadas fronteiras provinciais do Brasil imperial: espaços marcados pela limitada presença do governo imperial, pela mobilidade populacional e pela fragilidade dos mecanismos administrativos de controle. Composta por pequenas vilas, destacamentos militares dispersos e tropas irregulares da Guarda Nacional, essa região passou a ser vista pelas autoridades provinciais como particularmente vulnerável à propagação da revolta e ao trânsito de rebeldes pelos sertões e rios do interior.

A documentação administrativa e a imprensa da época revelam que os acontecimentos da Balaiada produziram no norte goiano um clima de vigilância, apreensão e suspeita constante. Notícias sobre deslocamentos de grupos armados, rumores de invasões, deserções militares e circulação de rebeldes alimentaram uma percepção de ameaça que ultrapassava os limites territoriais do Maranhão. Mais do que simples repercussão indireta, a Balaiada desencadeou respostas concretas de controle e militarização em áreas consideradas estratégicas para a manutenção da ordem.

Tradicionalmente, a historiografia sobre as revoltas regenciais concentrou-se nas províncias onde os conflitos armados efetivamente ocorreram, privilegiando análises regionais relativamente isoladas. Estudos recentes, entretanto, têm demonstrado que esses movimentos produziram repercussões que ultrapassavam os limites provinciais, envolvendo circulação de homens armados, notícias, tropas e práticas de repressão por diferentes regiões do Norte do Império. A repercussão da Balaiada no Piauí e no Ceará constitui exemplo importante desse processo.

O presente estudo fundamenta-se principalmente na análise de relatórios dos presidentes da província de Goiás, correspondências administrativas e periódicos publicados durante o período regencial, especialmente o Correio Oficial. A utilização dessas fontes exige considerar seu caráter oficial e politicamente interessado, uma vez que grande parte da documentação foi produzida por autoridades comprometidas com a preservação da ordem imperial e com a legitimação das ações repressivas conduzidas durante a Balaiada.

Nesse sentido, os documentos não são tratados como simples registros objetivos dos acontecimentos, mas como produções discursivas atravessadas por disputas políticas, estratégias de poder e representações acerca dos sertões, das populações pobres e das ameaças à autoridade provincial. A análise dessas fontes busca, portanto, compreender não apenas os acontecimentos relacionados à revolta, mas também os mecanismos de construção do medo político, da criminalização dos rebeldes e da ampliação das práticas de vigilância e controle nas fronteiras internas do Império.



## A BALAIADA E A CIRCULAÇÃO DO MEDO POLÍTICO

No dia 13 de dezembro de 1838, a Vila da Manga, na província do Maranhão, foi atacada por um pequeno grupo armado liderado por Raimundo Gomes, personagem que rapidamente se tornaria uma das principais lideranças da Balaiada. O destacamento local, composto por apenas cinco soldados, foi facilmente dominado, e o Comissário de Polícia João Onofre Barbosa acabou preso pelos insurgentes.

Após o ataque, algumas casas foram saqueadas e os rebeldes declararam publicamente suas intenções: depor o presidente da província, combater os prefeitos e expulsar portugueses e seus aliados políticos do território maranhense.

Longe de representar um ato isolado ou espontâneo de violência, os acontecimentos da Vila da Manga revelavam tensões políticas e sociais mais profundas que atravessavam o Maranhão regencial. A revolta emergia em um contexto marcado pelas disputas entre grupos políticos provinciais, pelos efeitos da chamada Lei dos Prefeitos<sup>2</sup>, pelo recrutamento militar compulsório e pela crescente insatisfação das populações sertanejas diante da pobreza, da violência administrativa e da exclusão política. Como observam Janotti e Assunção, a Balaiada articulou formas de solidariedade sertaneja e mobilização popular que permitiram rápida expansão do movimento pelo interior maranhense, evidenciando que a revolta possuía organização e objetivos políticos desde seus primeiros momentos (JANOTTI, 1987; ASSUNÇÃO, 1988).

Após o ataque inicial, Raimundo Gomes e seus homens deslocaram-se para a região de Chapadinha, onde continuaram a arregimentar apoiadores e a prender autoridades locais associadas ao governo provincial. Em poucos dias, o pequeno grupo cresceu rapidamente, incorporando vaqueiros, lavradores, soldados desertores, artesãos e homens livres pobres, como libertos e cativos, que viam na revolta uma possibilidade concreta de resistência aos mecanismos de controle impostos pelas elites provinciais e pelo Estado imperial.

A ampliação do movimento demonstrava que a Balaiada não se restringia às disputas entre liberais e conservadores da província, mas mobilizava também setores populares profundamente atingidos pelas práticas coercitivas do recrutamento e pela violência cotidiana das autoridades sertanejas.

A historiografia mais recente tem insistido justamente no caráter social e popular da Balaiada. Para Dias, o movimento deve ser compreendido como forma de guerrilha sertaneja

---

<sup>2</sup> A chamada "Lei dos Prefeitos", aprovada na província do Maranhão em 1838, ampliava os poderes dos prefeitos nomeados pelo governo provincial, fortalecendo mecanismos de controle político e administrativo sobre os municípios. A medida foi duramente criticada por setores liberais e por grupos locais que a interpretavam como instrumento de centralização e fortalecimento das elites conservadoras maranhenses.



associada à crise do Estado imperial e às formas de resistência das populações pobres do interior (DIAS, 2002). Já Janotti destaca que a memória oficial da revolta procurou apresentar os balaios como desordeiros e inimigos da estabilidade provincial, apagando ou minimizando suas reivindicações políticas e sociais (JANOTTI, 1987). Assim, a representação dos insurgentes como ameaça à ordem fazia parte de um esforço mais amplo de legitimação da repressão imperial e de fortalecimento da autoridade monárquica diante das revoltas regenciais.

A rápida expansão da Balaiada alimentou o temor das autoridades provinciais e ampliou a circulação de notícias sobre o movimento pelos sertões do Norte do Império. Nesse contexto, as regiões fronteiriças passaram a ser observadas com maior atenção pelas autoridades imperiais, especialmente áreas historicamente ligadas ao Maranhão pelos caminhos fluviais e pelas redes de circulação sertaneja.

#### **A IMPRENSA DA CORTE E A CONSTRUÇÃO DA AMEAÇA SERTANEJA**

As informações rapidamente ultrapassaram os limites provinciais e alcançaram regiões vizinhas, especialmente o norte da província de Goiás, historicamente ligado ao Maranhão pelos caminhos do rio Tocantins, pelas relações comerciais e pela intensa circulação de pessoas, tropas e notícias entre as distantes regiões do Império.

Dois meses após os acontecimentos da Vila da Manga, o periódico *Correio Oficial*, publicado no Rio de Janeiro, noticiava a intensificação da revolta e a mobilização de forças militares para contê-la. Segundo o jornal, destacamentos haviam sido organizados em Itapicuru, Codó, Icatu e Brejo, reunindo soldados de infantaria, tropas policiais e contingentes da Guarda Nacional sob o comando de autoridades locais e chefes militares da província. O periódico enfatizava a rapidez das ações repressivas e destacava a atuação dos prefeitos e comandantes regionais como demonstração da eficiência do governo imperial diante da ameaça insurgente. (CORREIO OFFICIAL. Rio de Janeiro, n. 192, p. 3, fevereiro de 1839)<sup>3</sup>

A linguagem utilizada pela imprensa da corte revela, contudo, muito mais do que simples preocupação informativa. Expressões como “quadrilha”, “sediciosos”, “cabilda de salteadores” e referências depreciativas aos líderes da revolta integravam uma retórica política voltada à representação dos balaios como ameaça à ordem e à legitimação da repressão conduzida pelas autoridades provinciais e militares.

---

<sup>3</sup> As grafias históricas presentes nos títulos de periódicos e documentos oitocentistas, como ‘Correio Oficial’ e ‘Goyaz’, foram mantidas nas referências documentais e citações conforme os originais da época. No corpo analítico do texto, adotou-se a ortografia atualizada.



Como observa Janotti (1987), a memória oficial da Balaiada foi construída a partir da ótica da monarquia, convertendo os insurgentes em símbolos da barbárie e da desordem social. A imprensa não atuava apenas como veículo de informação, mas como instrumento de construção discursiva da ameaça sertaneja e de consolidação da autoridade imperial diante das revoltas regenciais.

### **O MANIFESTO DE RAIMUNDO GOMES E A LINGUAGEM POLÍTICA DA REVOLTA**

Apesar do esforço da imprensa da corte em desqualificar os líderes da Balaiada, o próprio Correio Oficial acabou divulgando parte das reivindicações formuladas por Raimundo Gomes e seus seguidores. Ao publicar o manifesto dos insurgentes, acompanhado de comentários irônicos sobre sua ortografia e redação, o periódico buscava ridicularizar o documento e reforçar a imagem dos balaios como homens ignorantes e incapazes de formular reivindicações políticas legítimas. (CORREIO OFFICIAL. Rio de Janeiro, n. 390, p. 2, outubro de 1839)

O conteúdo da proclamação revela justamente o contrário: a existência de uma linguagem política popular articulada em torno de direitos, autoridade provincial e exclusão social. Entre as exigências apresentadas pelos rebeldes estavam a defesa da Constituição do Império, a garantia dos direitos dos cidadãos, a demissão do presidente da província, a extinção dos prefeitos e comissários e a expulsão de portugueses dos cargos públicos locais.

As reivindicações demonstram que a revolta não se limitava a ações armadas desordenadas ou saques episódicos, mas expressava críticas concretas às estruturas de poder existentes no Maranhão regencial. Ao atacarem os prefeitos e comissários, os balaios questionavam justamente alguns dos principais mecanismos de controle político e administrativo fortalecidos durante a Regência, especialmente após a citada Lei dos Prefeitos.

A defesa da Constituição e dos “direitos dos cidadãos” revela também a incorporação, pelas camadas populares sertanejas, de uma linguagem política mais ampla, associada às disputas em torno da legitimidade do poder provincial e da própria organização do Estado imperial. Como demonstra Assunção (1988), os participantes da Balaiada não atuavam fora do universo político do período, mas apropriavam-se de conceitos ligados à cidadania, justiça e autoridade para formular suas próprias demandas. O movimento articulava tensões sociais profundas com formas populares de participação política que escapavam ao controle das elites provinciais.

A hostilidade aos portugueses presente no manifesto também expressava ressentimentos acumulados desde o processo de independência e refletia percepções populares acerca da



concentração do poder econômico e administrativo nas mãos de grupos associados à antiga metrópole.

O conflito não se limitava à simples xenofobia, mas articulava um discurso nativista relacionado às disputas locais por poder, trabalho e acesso aos cargos públicos. A revolta incorporava sentimentos políticos e sociais que ultrapassavam os limites imediatos do conflito armado.

A reação do jornal Correio Oficial, publicado no Rio de Janeiro, ao manifesto evidencia os limites do governo regencial diante da politização das camadas populares sertanejas. Ao descrever Raimundo Gomes como “um miserável muito estúpido” e insistir na ideia de que os insurgentes eram manipulados ou incapazes de ação política autônoma, a imprensa da corte procurava negar legitimidade ao movimento e reafirmar a distinção entre participação política “legítima” e rebeldia popular. Como afirma Janotti (1987), a representação dos balaios como ameaça à ordem fazia parte de uma narrativa mais ampla destinada a justificar a repressão e preservar a autoridade imperial diante dos movimentos de contestação política que marcaram o período regencial.

A publicação do manifesto, entretanto, acabou revelando exatamente aquilo que a imprensa procurava ocultar: a Balaiada possuía reivindicações políticas concretas, articulava críticas à estrutura administrativa provincial e expressava formas populares de contestação à ordem vigente. Mais do que uma simples sedição sertaneja, o movimento evidenciava os limites da integração política e social das populações pobres do interior no projeto imperial brasileiro.

### **A CIRCULAÇÃO INTERPROVINCIAL DA REVOLTA**

A Balaiada rapidamente ultrapassou os limites do Maranhão e alcançou outras províncias do Norte do Império, confirmando o caráter regional da revolta e a intensa circulação sertaneja entre Maranhão, Piauí e Goiás. No Piauí, o movimento encontrou espaço favorável sobretudo nas regiões de Campo Maior, Curimatá e Egito, onde grupos armados passaram a resistir ao recrutamento forçado e às autoridades locais. Como observa Dias (2002), sertanejos pobres, pequenos proprietários, lavradores, mestiços e desertores participaram ativamente da mobilização, demonstrando que a revolta incorporava tensões sociais já existentes nos sertões interiores do Norte do Império.

A presença de lideranças como Raimundo Gomes, Manoel Francisco dos Anjos Ferreira e Cosme Bento das Chagas evidencia a diversidade política e social do movimento, que articulava reivindicações contra o recrutamento compulsório, a violência administrativa e a autoridade dos



prefeitos provinciais. A participação de escravizados e homens livres pobres ampliava ainda mais o temor das elites diante da possibilidade de expansão da revolta pelos sertões.

O Piauí desempenhou papel estratégico tanto para os rebeldes quanto para as forças legalistas, funcionando como área de circulação de tropas, refúgio de insurgentes e espaço de disputa política entre governo e revoltosos. A expansão da Balaiada para além do Maranhão demonstrava as fragilidades do controle imperial sobre as regiões interiores e reforçava a percepção de que os sertões constituíam espaços de intensa circulação de pessoas, tropas e notícias.

No Ceará, embora não tenham ocorrido levantes de grandes proporções, documentos da época revelam crescente preocupação das autoridades provinciais com a circulação de desertores, rumores de rebelião e possíveis articulações insurgentes nas áreas de fronteira, especialmente no sertão dos Inhamuns. As notícias sobre a Balaiada também alcançaram o Ceará, especialmente por meio das redes sertanejas de circulação que conectavam Maranhão, Piauí e as áreas interiores do Norte do Império.

A expansão interprovincial da revolta demonstra que a Balaiada não pode ser compreendida como episódio restrito ao Maranhão. Seus efeitos alcançaram diferentes regiões do Norte do Império, especialmente áreas de fronteira marcadas pela limitada presença estatal, pela circulação sertaneja e pela fragilidade dos mecanismos de controle administrativo. É nesse contexto mais amplo de tensão regional e militarização das fronteiras internas que o norte da província de Goiás passou a ser observado pelas autoridades imperiais como área potencialmente vulnerável à propagação da revolta.

### **AS REPERCUSSÕES DA BALAIADA NO NORTE DE GOIÁS: A PROVÍNCIA EM ALERTA**

As repercussões da Balaiada no norte da província de Goiás, correspondente ao atual Tocantins, revelam como os sertões do Império passaram a ser percebidos pelas autoridades imperiais como áreas de difícil controle político e administrativo diante da circulação da revolta e da propagação das agitações do período regencial.

Entre os anos de 1838 e 1842, os relatórios dos presidentes da província enviados à Assembleia Provincial e ao governo central no Rio de Janeiro registram um clima constante de vigilância, apreensão e temor diante da possibilidade de expansão do movimento rebelde pelas áreas de fronteira com Maranhão, Piauí e Bahia.

A documentação administrativa evidencia que o medo da Balaiada ultrapassava o campo militar imediato. Mais do que a presença concreta de grupos rebeldes em território goiano, eram



os rumores, as notícias de homens armados, as deserções e a circulação de ideias insurgentes que alimentavam a percepção de ameaça entre as autoridades provinciais.

Nesse contexto, o norte goiano passou a ser concebido como uma fronteira interna frágil do Império, marcada pela limitada presença do governo monárquico, pelas dificuldades de comunicação e pela precariedade dos mecanismos de controle político e militar.

Os relatórios provinciais insistiam na necessidade de reforçar destacamentos militares, guardas municipais e companhias da Guarda Nacional nos arraiais mais distantes da província, sobretudo nas regiões próximas às rotas sertanejas de circulação entre Goiás, Maranhão e Piauí. A preocupação das autoridades revelava não apenas o temor de invasões ou ataques armados, mas também o receio de que a revolta encontrasse apoio entre setores populares do interior, especialmente homens livres pobres, desertores, pequenos lavradores e outros grupos pobres dos sertões.

A descrição recorrente do norte goiano como região “isolada”, “distante” e de “difícil acesso” expressava mais do que simples limitações geográficas. Tais representações revelam a percepção das elites provinciais acerca dos sertões como áreas de difícil controle político e administrativo, onde a autoridade imperial encontrava maiores obstáculos para se afirmar. Como observam Dias e Assunção (2002; 1988), a circulação sertaneja de homens, notícias e experiências de resistência constituía elemento central para a expansão das tensões do período regencial pelo interior do Norte do Império.

A atuação do presidente da província buscava, portanto, preservar a lealdade política das populações locais e impedir que a Balaiada produzisse articulações insurgentes em território goiano. Contudo, os próprios relatórios revelam os limites materiais do Estado imperial no interior: escassez de tropas, dificuldades de comunicação, insuficiência de recursos e reduzida capacidade de vigilância sobre vastas áreas sertanejas.<sup>4</sup>

A repercussão da Balaiada no norte de Goiás, sob essa perspectiva, evidencia como a crise regencial contribuiu para ampliar práticas de militarização preventiva e fortalecer mecanismos de controle territorial nas fronteiras entre as províncias.

### **CAROLINA, PORTO IMPERIAL E A CONSTRUÇÃO DA AMEAÇA NO NORTE GOIANO**

Os acontecimentos revolucionários de 1840 no Maranhão produziram forte inquietação no norte da província de Goiás, especialmente nas áreas próximas às rotas de circulação com

---

<sup>4</sup> Relatório do presidente da Província de Goiás, 1840/1841.



Carolina e Porto Imperial. Essa repercussão, porém, não pode ser entendida apenas como reflexo automático da Balaiada maranhense.

O desassossego registrado pelas autoridades goianas precisa ser interpretado à luz das tensões sociais, políticas e territoriais que já marcavam a região: disputas entre elites locais, fragilidade administrativa, presença da escravidão, circulação de homens livres pobres e dificuldade de controle sobre caminhos, rios e arraiais distantes.

A documentação oficial não apenas registra os fatos, mas também constrói uma determinada leitura da crise. No relatório apresentado por D. José de Assis Mascarenhas à Assembleia Legislativa Provincial, publicado no Correio Oficial em 1840, a mobilização no norte goiano aparece associada ao “terror” e aos “clamores” dos moradores diante da aproximação de rebeldes oriundos do Maranhão.

Essa linguagem revela a tentativa do governo provincial de apresentar sua atuação como resposta necessária à ameaça da desordem, legitimando medidas de vigilância, mobilização militar e reforço da autoridade imperial.

A referência à queda de Carolina em poder dos rebeldes maranhenses e à ameaça de destruição da localidade, bem como à possível invasão de Porto Imperial, deve ser examinada com cautela. Segundo Mascarenhas, Carolina “caíra em poder dos rebeldes maranhenses”, que ameaçavam reduzi-la a cinzas e avançar sobre Porto Imperial, situada às margens do rio Tocantins. A força dramática dessa descrição não pode ser ignorada, mas também não deve ser tomada como simples fotografia dos acontecimentos. Ela expressa, antes, a percepção oficial da crise e o esforço de transformar o medo em argumento político.

A imagem de Carolina “caindo” diante dos rebeldes sugere uma ocupação plena e inevitável, mas é necessário considerar a complexidade das relações locais: resistências internas, possíveis negociações, apoios circunstanciais, temores das elites e limites efetivos da ação rebelde.

Do mesmo modo, a ameaça de reduzir a vila a cinzas pode ser lida como parte de uma retórica alarmista frequente na documentação oficial do período, utilizada para justificar providências repressivas e solicitar apoio das autoridades provinciais e imperiais.

A possível invasão de Porto Imperial também deve ser compreendida dentro dessa lógica. A ameaça podia ser real, mas sua formulação documental revela os receios das autoridades diante da fluidez das fronteiras sertanejas. Rios, caminhos e arraiais ligavam o norte de Goiás ao Maranhão e ao Piauí. Essas conexões favoreciam a circulação de notícias, desertores e grupos armados pelos sertões do Norte do Império.



Assim, mesmo quando a presença rebelde não se materializava plenamente, o temor de sua chegada já produzia efeitos concretos: reforço de destacamentos, convocação de guardas, vigilância sobre a população e ampliação do discurso da ordem.

Portanto, a repercussão da Balaiada no norte goiano não deve ser vista apenas como consequência externa de uma revolta maranhense. Ela revela como as fronteiras internas do Império eram atravessadas por medos, rumores, tensões sociais e estratégias de controle. Carolina e Porto Imperial tornaram-se, nesse contexto, pontos sensíveis de uma geografia política da repressão, na qual a ameaça da revolta serviu para reafirmar a autoridade provincial e ampliar os mecanismos de militarização do sertão.

A descrição dos habitantes do norte goiano como população “assombrada” e “aterrorizada” pelos acontecimentos da Balaiada revela muito mais do que simples registro do medo provocado pela revolta maranhense. A linguagem empregada por D. José de Assis Mascarenhas em seus relatórios contribuía para construir uma representação política da crise, na qual o governo provincial aparecia como principal garantidor da ordem diante da ameaça sertaneja.

Ao enfatizar os “clamores” e pedidos de socorro dirigidos ao governo de Goiás, o presidente da província procurava legitimar medidas de vigilância, mobilização militar e fortalecimento da autoridade imperial nas regiões de fronteira.

A referência à “longínqua e rica zona” do norte goiano também não era neutra. Ao destacar a riqueza da região, o relatório chamava atenção para a importância econômica e estratégica daqueles sertões, reforçando a necessidade de preservação da ordem política e da segurança das elites locais. O medo da expansão da Balaiada aparecia associado não apenas ao risco de violência armada, mas também à possibilidade de desorganização das relações sociais, comerciais e escravistas que sustentavam a estrutura regional de poder.

A narrativa oficial tendia ainda a apresentar os habitantes do norte da província como grupo homogêneo e inteiramente leal à ordem imperial. As tensões sociais que atravessavam a região sugerem realidade mais complexa. Homens livres pobres, desertores, pequenos lavradores e populações marginalizadas poderiam perceber a crise regencial de maneiras distintas, nem sempre compartilhando integralmente dos temores expressos pelas autoridades provinciais. A própria circulação de rumores e notícias sobre a Balaiada indica que o longínquo norte goiano estava inserido em formas mais amplas de comunicação e circulação sertaneja entre Goiás, Maranhão e Piauí.

A imagem de D. José de Assis Mascarenhas como governante de “mão firme”, capaz de conter o avanço da desordem, também fazia parte dessa construção discursiva do poder das autoridades constituídas. Em meio às limitações materiais do Estado imperial no interior –



escassez de tropas, dificuldades de comunicação e fragilidade administrativa – os relatórios buscavam reafirmar a capacidade do governo de controlar os sertões e impedir a propagação da revolta. A exaltação da ação governamental revelava, portanto, tanto o esforço de fortalecimento da autoridade imperial quanto os receios provocados pela instabilidade política do período regencial.

A circulação das notícias sobre a Balaiada pelo interior do norte goiano evidencia a existência de redes sertanejas de comunicação que conectavam Goiás às áreas de conflito no Maranhão. Em relatório apresentado à Assembleia Provincial, José de Assis Mascarenhas afirmava ter tomado conhecimento dos acontecimentos maranhenses por meio de correspondência enviada pelo Dr. Manoel Regi Macedo, juiz de direito da Comarca de Cavalcante, que relatava o “susto” e o “terror” que dominavam os “povos do Norte da Província” diante da marcha dos rebeldes em direção à Vila de Porto Imperial. A própria linguagem empregada pelo magistrado revela a intensidade da apreensão produzida pela circulação das notícias da revolta nos sertões do norte goiano.<sup>5</sup>

Mais do que simples relato administrativo, a comunicação entre o juiz de Cavalcante e o presidente provincial demonstra como o medo da Balaiada passou a reorganizar práticas de vigilância e controle em regiões afastadas do centro político da província.

A ênfase no “terror” e no “susto” dos habitantes do norte da província também revela o modo como as autoridades provinciais procuravam construir discursivamente a gravidade da situação. Ao apresentar a população sertaneja como profundamente alarmada diante da aproximação dos rebeldes, os relatórios reforçavam a necessidade de intervenção firme do governo provincial e legitimavam medidas de reforço militar e vigilância das áreas de fronteira.

Como demonstram Janotti e Dias (1987; 2002), a documentação produzida durante a Balaiada frequentemente operava por meio da amplificação do medo social, convertendo a revolta em símbolo permanente da ameaça à sociedade.

A ideia de que os “povos do Norte da Província” compartilhavam de maneira homogênea o mesmo temor diante da revolta deve ser vista com cautela. O norte goiano era marcado por profundas diferenças sociais, políticas e econômicas, envolvendo pequenos proprietários, homens livres pobres, escravizados, autoridades locais e setores ligados às elites regionais. A generalização do medo nos relatórios provinciais tende a apagar essa diversidade de experiências e interesses, apresentando a defesa da ordem imperial como consenso absoluto entre os habitantes da região.

---

<sup>5</sup> PROVÍNCIA DE GOIÁS. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. Goiás: Tipografia Provincial, 1840.



A correspondência enviada ao governo provincial revela ainda a importância estratégica da circulação de informações pelos sertões. Notícias sobre a Balaiada percorriam caminhos fluviais, redes comerciais e relações pessoais entre Goiás, Maranhão e Piauí, demonstrando que as fronteiras provinciais eram muito mais permeáveis do que frequentemente sugerem as divisões administrativas do Império.

A repercussão da Balaiada no norte goiano não resultava apenas da proximidade geográfica com o Maranhão, mas também das constantes ligações mantidas entre os sertões de Goiás, Maranhão e Piauí por meio da circulação de pessoas, tropas, notícias e relações comerciais.

Além do ofício enviado pelo juiz da Comarca de Cavalcante, o governo provincial recebeu diversas comunicações provenientes de câmaras municipais e autoridades do norte de Goiás descrevendo um cenário de crescente apreensão diante dos acontecimentos maranhenses. Os relatos insistiam na ideia de que os rebeldes da Balaiada avançavam pelos sertões sem respeito à ordem estabelecida, sendo frequentemente caracterizados como “vândalos”, saqueadores e destruidores de propriedades.

Diante desse quadro, multiplicaram-se os pedidos dirigidos ao presidente provincial, José de Assis Mascarenhas, solicitando providências militares e maior presença do governo no norte da província.

A recorrência dessas comunicações revela como a circulação das notícias sobre a Balaiada passou a produzir efeitos políticos concretos em Goiás antes mesmo da presença efetiva de grupos rebeldes na região. O medo da expansão da revolta mobilizava autoridades locais, fortalecia pedidos de intervenção militar e ampliava a percepção de vulnerabilidade das fronteiras provinciais do Império. Nesse contexto, a documentação administrativa operava não apenas como registro dos acontecimentos, mas como instrumento de construção da ameaça sertaneja.

A caracterização dos balaios como “vândalos” e inimigos da civilização revela a incorporação, pelas autoridades goianas, da mesma linguagem política de criminalização presente nos periódicos da corte e nos relatórios produzidos durante a repressão ao movimento no Maranhão.<sup>6</sup>

Como demonstram Janotti e Assunção (1987; 1988), a documentação oficial da Balaiada frequentemente transformava os insurgentes em símbolos da barbárie e da desordem, legitimando o fortalecimento das práticas repressivas e a ampliação do controle estatal sobre os sertões.

A ideia de um “pânico” uniforme entre os habitantes do norte goiano deve ser analisada com cautela. Os relatórios tendiam a apresentar a população local como inteiramente alinhada à

---

<sup>6</sup> Relatório do presidente da Província de Goiás, 1840, p. 12.



defesa das leis regenciais, ocultando possíveis divergências internas, tensões sociais e diferentes formas de recepção das notícias da revolta. Em uma região marcada pela presença de homens livres pobres, pequenos proprietários, desertores, populações ribeirinhas e escravizados, as percepções sobre a Balaiada certamente não eram homogêneas.

A insistência das autoridades locais na necessidade de intervenção do presidente provincial revela também os limites materiais do poder imperial no interior. A distância dos centros administrativos, a precariedade das comunicações e a reduzida presença militar contribuía para transformar rumores e notícias de circulação rebelde em fatores permanentes de instabilidade política. A repercussão da Balaiada no norte de Goiás evidencia não apenas o alcance regional da revolta, mas também a fragilidade da autoridade imperial sobre vastas áreas sertanejas do interior brasileiro.

No seu relatório apresentado à Assembleia Provincial, José de Assis Mascarenhas procurou construir a imagem de uma autoridade firme e indispensável diante da ameaça representada pela Balaiada no norte goiano. Ao relatar que recebera “várias outras participações da câmara e autoridades do Norte”, marcadas por “terror”, “susto”, “clamores” e “gemidos” da população, o governador da província apresentava sua própria atuação como resposta necessária à crise que ameaçava as fronteiras da província. A narrativa enfatizava sua disposição em “correr em auxílio de seus governados”, reforçando a representação do presidente provincial como defensor da ordem em um momento de intensa instabilidade política.<sup>7</sup>

A retórica empregada no relatório revela um esforço evidente de legitimação política. Ao destacar sua coragem, energia e prontidão diante do perigo, Mascarenhas construía para si uma imagem de liderança providencial, capaz de preservar a província do avanço da desordem sertaneja. A insistência nos “clamores” dos habitantes do norte goiano e na expectativa de que sua presença seria capaz de “salvar” a região reforçava a centralidade da autoridade provincial em um contexto marcado por fragilidade administrativa e temor político.

Essa linguagem não pode ser dissociada das disputas políticas do período regencial. Como demonstram os estudos de Janotti (1987), a documentação produzida durante as revoltas do período frequentemente operava por meio da dramatização da ameaça e da exaltação das autoridades responsáveis pela repressão. O medo da revolta tornava-se elemento central para justificar ações militares, ampliar mecanismos de controle e fortalecer a autoridade das elites provinciais diante das tensões sociais do período.

Ao apresentar o norte de Goiás como região à beira do colapso sem sua intervenção direta, Mascarenhas também contribuía para consolidar uma determinada representação dos

---

<sup>7</sup> Relatório do presidente da Província de Goiás, 1840, p. 22.



sertões interiores do Império: espaços frágeis, vulneráveis e permanentemente ameaçados pela desordem popular. Essa percepção dialogava com a visão das elites imperiais acerca das fronteiras internas brasileiras, frequentemente descritas como áreas de difícil controle, marcadas pela circulação de desertores, homens armados, populações pobres e notícias de rebelião.

Sob essa perspectiva, a imagem de uma população inteiramente aterrorizada diante da aproximação dos balaios tende a apagar a diversidade de experiências e interesses existentes no norte goiano. A região era atravessada por profundas tensões sociais e políticas, envolvendo proprietários de terras, homens livres pobres, escravizados, autoridades locais e setores ligados às elites provinciais.

Assim, o discurso oficial sobre o “terror” generalizado revela menos um retrato homogêneo da população e mais uma construção política destinada a reforçar a legitimidade da intervenção provincial.

A narrativa de Mascarenhas evidencia, portanto, como as repercussões da Balaiada no norte de Goiás ultrapassaram o campo militar imediato e passaram a integrar um amplo discurso de defesa da ordem imperial. O medo da revolta servia simultaneamente para justificar práticas de vigilância e repressão, fortalecer o governo e reafirmar a necessidade de controle político sobre os sertões do Brasil.

Na capital da província, Vila Boa de Goiás, o governador Mascarenhas reuniu os principais cidadãos da região para expor a gravidade da situação provocada pela Balaiada e solicitar apoio político e financeiro para a mobilização militar em direção ao norte goiano. Segundo o próprio presidente provincial, o objetivo era organizar tropas capazes de conter os rebeldes maranhenses e preservar a “paz e tranquilidade” da província diante da ameaça que avançava pelas fronteiras sertanejas.

O relatório descreve a reunião em tom marcadamente patriótico. Mascarenhas afirmava ter consultado os “sábios e prudentes conselhos” dos “Conspícuos Cidadãos” da capital e relatava que estes prontamente ofereceram “suas pessoas e bens” em defesa da província. A mobilização financeira teria ocorrido por meio de empréstimos “a juros módicos”, permitindo ao governo provincial organizar rapidamente os preparativos militares necessários para a expedição ao norte.<sup>8</sup>

A narrativa construída por Mascarenhas revela um claro esforço de legitimação política de sua atuação diante da crise. Ao apresentar-se como governante prudente, disposto ao sacrifício e apoiado consensualmente pelas elites locais, o presidente provincial procurava construir a imagem de uma autoridade capaz de conduzir Goiás em meio às tensões do período regencial. A linguagem

---

<sup>8</sup> Relatório do presidente da Província de Goiás, 1840.



do relatório enfatiza valores como patriotismo, lealdade e defesa da lei, convertendo a repressão à Balaiada em causa coletiva das elites provinciais.

A própria mobilização financeira descrita no documento demonstra como o medo da expansão da revolta produziu formas de articulação política entre governo provincial e grupos economicamente influentes de Vila Boa. Para além de representar gesto espontâneo de solidariedade, o financiamento das tropas revelava o interesse das elites locais na preservação da estabilidade política e social da província, especialmente diante da possibilidade de circulação de rebeldes, desertores e ideias insurgentes pelos sertões do norte goiano.

Nesse contexto, a representação de um apoio homogêneo e imediato das elites provinciais deve ser analisada com cautela. Como ocorre em grande parte da documentação oficial produzida durante as revoltas regenciais, o relatório tende a apagar tensões políticas internas, negociações e possíveis divergências existentes entre os grupos dirigentes da província. A construção de um consenso em torno do presidente de província funcionava como elemento central para fortalecer a legitimidade do governo diante do avanço da crise.

A referência constante à defesa da “integridade da província” e da “tranquilidade” do norte goiano também evidencia a maneira pela qual as revoltas sertanejas do período eram apresentadas pelas autoridades imperiais como ameaças à própria unidade política do Império.

Sob essa perspectiva, a Balaiada deixava de ser percebida apenas como revolta regional do Maranhão e passava a integrar um amplo discurso de defesa da ordem, mobilização patriótica e fortalecimento da autoridade provincial do Brasil.

A mobilização da Guarda Nacional em Vila Boa de Goiás e em outras localidades da província foi apresentada pelas autoridades provinciais como momento decisivo de defesa da legalidade diante da ameaça da Balaiada.

Segundo o Correio Oficial publicado na corte, o governador de Goiás partiu em direção ao norte da província no dia 17 de maio de 1840, acompanhado por auxiliares militares e religiosos, entre eles o major Pacífico Antônio Xavier de Barros, o reverendo padre Feliciano José Leal e o alferes Francisco de Roriz Campos. A expedição era descrita como resposta necessária à ameaça representada pelos rebeldes maranhenses e como demonstração da capacidade do governo provincial de restaurar a segurança no norte goiano. (CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ. Goiás, 157 p. 3, dezembro de 1840)

A partida das tropas foi cercada por forte simbolismo político e religioso. Na manhã da expedição, realizou-se uma missa solene na antiga Matriz de Vila Boa, celebrada pelo bispo D. Francisco, cuja pregação foi descrita pelo jornal como profundamente comovente, capaz de provocar lágrimas entre os presentes. A presença das autoridades eclesiásticas e a centralidade



do ritual religioso reforçavam a associação entre a repressão à Balaiada e a defesa moral da monarquia, convertendo a mobilização militar em espécie de cruzada política contra a desordem sertaneja.

A narrativa publicada pelo Correio Oficial procurava construir uma imagem heroica da atuação de Mascarenhas. Segundo o periódico, o presidente provincial, imediatamente após a missa, teria seguido diretamente à frente da tropa sem sequer retornar ao palácio para despedir-se de sua mãe, D. Ângela Ludovico de Almeida. O episódio reforçava a representação de uma autoridade abnegada, disposta ao sacrifício pessoal em nome da segurança da província e da preservação da ordem pública. (CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ. Goiás, 157 p. 3, dezembro de 1840)

A construção simbólica dessa partida revela o esforço do governo provincial em transformar a repressão à Balaiada em ato de patriotismo e dever cívico. O recurso à religiosidade, à emoção pública e à linguagem do sacrifício contribuía para fortalecer a legitimidade da expedição militar e consolidar a figura de Mascarenhas como defensor da província diante da ameaça rebelde. Como observam Janotti e Dias (1987; 2002), as narrativas produzidas durante as revoltas do período frequentemente articulavam repressão, patriotismo e defesa da ordem para legitimar a ação das autoridades imperiais.

Nesse cenário, o caráter altamente dramático do relato evidencia a função política desempenhada pela imprensa oficial na construção da memória da crise. O Correio Oficial não apenas informava sobre os acontecimentos, mas participava ativamente da elaboração de uma narrativa destinada a mobilizar apoio à repressão e reforçar o poder constituído da província. A expedição ao norte goiano era apresentada menos como simples deslocamento militar e mais como momento fundador de união política e moral das elites provinciais diante do avanço da desordem na fronteira com o Maranhão.

A ritualização da partida de Mascarenhas demonstra, portanto, como as notícias da Balaiada no norte de Goiás ultrapassaram a dimensão estritamente militar. A revolta produziu também formas simbólicas de mobilização política, nas quais religião, patriotismo, imprensa e autoridade provincial articulavam-se na construção de um discurso de defesa da ordem imperial nas fronteiras internas do Brasil regencial.

Em maio de 1840, partiu de Vila Boa de Goiás uma expedição militar comandada pelo próprio José de Assis Mascarenhas em direção ao norte da província, mobilizada pela crescente preocupação das autoridades diante da propagação da Balaiada. Os soldados envolvidos na marcha foram descritos pela documentação oficial como “heróis goianos”, encarregados de proteger os sertões da ameaça representada pelos rebeldes maranhenses, que, segundo os



relatórios provinciais, espalhavam “intranquilidade” e “desassossego” pelas regiões interiores próximas às fronteiras do Maranhão.

Durante a viagem, Mascarenhas recebeu novo ofício do juiz de direito da Comarca de Cavalcante informando que Porto Imperial ainda não havia sido atacada pelos insurgentes. A notícia, segundo o próprio presidente provincial, trouxe alívio às tropas e reforçou momentaneamente a percepção de que a situação permanecia sob controle.

Ao longo do percurso, o presidente realizava inspeções nas unidades locais da Guarda Nacional, registrando em seus relatórios que as encontrara “prontas” e “cheias de entusiasmo” para o combate.

A documentação provincial procurava apresentar a expedição ao norte goiano como demonstração de unidade política e defesa da ordem diante das repercussões da Balaiada. A caracterização dos soldados como “heróis goianos” e a descrição dos rebeldes como agentes da intranquilidade sertaneja revela a incorporação, pelas autoridades provinciais, de uma linguagem política voltada à legitimação da repressão e ao fortalecimento da autoridade governamental durante a crise regencial. O temor constante de um possível ataque a Porto Imperial evidencia as fragilidades do controle estatal sobre as regiões interiores da província e os impactos concretos produzidos pela circulação das notícias da revolta nos sertões do norte goiano.

Após percorrer diversas localidades da província de Goiás e organizar medidas de vigilância e mobilização militar no norte goiano, José de Assis Mascarenhas chegou à Vila de Porto Imperial, às margens do rio Tocantins, de onde seguiu rapidamente em direção à Vila de Carolina para enfrentar grupos associados à Balaiada.

Segundo o relato publicado no Correio Oficial do Rio de Janeiro, os rebeldes liderados por Félix Alves de Lima reuniam cerca de 180 homens no distrito da Floresta e foram derrotados após um combate descrito como “áspero”. Um segundo agrupamento insurgente teria se dispersado após a fuga de seu principal comandante, o major Aroeira, já anteriormente derrotado pelas forças legalistas do Maranhão. (CORREIO OFFICIAL. Rio de Janeiro, n. 222, p. 2, setembro de 1839)

A narrativa construída pelo jornal procurava apresentar Mascarenhas não apenas como chefe militar enérgico, mas também como autoridade moderada e prudente. O presidente provincial afirmava ter evitado a perseguição indiscriminada aos derrotados, declarando que muitos dos “facciosos” encontravam-se “iludidos pelos especuladores das cortinas alheias”. Segundo o próprio relatório, sua estratégia teria consistido em oferecer aos insurgentes a possibilidade de deporem as armas antes da continuidade das ações repressivas, o que teria levado à rendição de parte dos rebeldes e à apresentação voluntária de algumas lideranças locais. (CORREIO OFFICIAL. Rio de Janeiro, n. 222, p. 2, setembro de 1839)



A linguagem utilizada por Mascarenhas revela importante dimensão política da documentação produzida durante a repressão à Balaiada. Ao apresentar os insurgentes como homens “iludidos”, manipulados por terceiros e passíveis de recondução à ordem monárquica, o presidente provincial procurava simultaneamente desqualificar a legitimidade política do movimento e reforçar a imagem de sua própria atuação como equilibrada, racional e moderadora. A repressão aparecia, assim, não como simples exercício da violência estatal, mas como ação paternalista destinada a restaurar a harmonia social nos sertões da província.

Essa retórica da moderação desempenhava papel central na encenação da ordem pública durante a crise regencial. Como observam Janotti e Dias (1987; 2002), os discursos oficiais sobre as revoltas do período frequentemente procuravam combinar firmeza repressiva e linguagem conciliadora, permitindo às autoridades imperiais apresentar-se como defensoras da ordem e, ao mesmo tempo, como agentes de pacificação política. Nesse contexto, a figura do governante moderado tornava-se elemento importante da construção simbólica do poder provincial.

Ao reduzir os rebeldes à condição de homens enganados por “especuladores”, o relatório também minimizava as tensões sociais e políticas que alimentavam a Balaiada. Desapareciam do discurso oficial questões como recrutamento forçado, conflitos locais de autoridade, precariedade das condições sertanejas e insatisfação das populações pobres do interior. A revolta era reinterpretada menos como expressão de descontentamento social e mais como resultado da manipulação exercida por indivíduos ambiciosos e perturbadores da tranquilidade da sociedade.

A descrição da rendição dos grupos armados reforçava ainda a imagem de eficácia e legitimidade da ação provincial. O desfecho relativamente pacífico apresentado pelo relatório permitia ao governo goiano construir uma memória da campanha baseada não apenas na força militar, mas também na capacidade política de restaurar a obediência e a tranquilidade regional. A atuação de Mascarenhas aparecia, portanto, como exemplo de liderança capaz de combinar repressão, prudência e autoridade moral em defesa da integridade provincial.

Mais do que simples relato militar, a narrativa publicada no Correio Oficial evidencia o esforço das autoridades goianas em transformar a repressão à Balaiada em demonstração de estabilidade política e eficiência administrativa. A campanha no norte goiano permitia ao governo provincial reafirmar sua presença sobre regiões historicamente marcadas pela fragilidade do controle estatal e pela intensa circulação sertaneja entre Goiás, Maranhão e Piauí. As repercussões da Balaiada no Tocantins revelam não apenas os impactos regionais da revolta, mas também os mecanismos através dos quais o Estado imperial buscava fortalecer sua autoridade nas fronteiras internas do Brasil regencial.



## PACIFICAÇÃO, ORDEM E PRESENÇA ESTATAL NO NORTE GOIANO

Conforme documento publicado no Correio Oficial do Rio de Janeiro, em agosto de 1840, o governante goiano enviou ofício a Luís Alves de Lima e Silva, então responsável pelo governo do Maranhão, solicitando clemência para os rebeldes da vila de Carolina. O gesto era apresentado pelo relatório como demonstração de moderação política após a derrota dos grupos insurgentes que haviam atuado na região de fronteira entre Maranhão e Goiás.

Durante aproximadamente um mês, Mascarenhas permaneceu em Carolina organizando medidas de controle e reorganização administrativa. O relato oficial descrevia a vila como espaço mergulhado em “anarquia”, “desordem” e violência permanente. Segundo o Correio Oficial, famílias encontravam-se escondidas nas matas, as autoridades locais haviam perdido completamente a legitimidade e a justiça transformara-se em “mito”. A documentação afirmava ainda que assassinatos ocorriam publicamente, que a Guarda Nacional estava desmobilizada e que as estruturas administrativas haviam praticamente deixado de funcionar. (CORREIO OFFICIAL. Rio de Janeiro, agosto de 1840).

A linguagem utilizada pelo jornal e pelos relatórios provinciais revela o esforço das autoridades em construir Carolina como símbolo da desordem sertaneja produzida pela Balaiada. A descrição de uma localidade “fora da lei”, dominada pelo medo e pela violência, reforçava a necessidade de intervenção do governo provincial e legitimava a presença militar organizada por Mascarenhas. (CORREIO OFFICIAL. Rio de Janeiro, agosto de 1840)

Como observam Janotti e Dias (1987; 2002), a documentação oficial produzida durante as revoltas do período frequentemente operava pela dramatização da ameaça e pela construção simbólica dos sertões como espaços de difícil controle político e administrativo, associados à barbárie e à desordem.

A representação de Carolina como território completamente dominado pela irracionalidade política tendia a apagar as tensões sociais e os conflitos que atravessavam a região. A Balaiada era reduzida à condição de simples perturbação da ordem pública, enquanto desapareciam das narrativas oficiais questões relacionadas ao recrutamento forçado, às disputas locais de autoridade, à precariedade das condições sertanejas e às formas populares de resistência política no interior do Norte do Império. O pedido de clemência enviado a Caxias também integrava a construção da imagem política de Mascarenhas como autoridade moderada.

Ao solicitar perdão para parte dos rebeldes derrotados, o presidente provincial procurava apresentar-se simultaneamente como defensor firme da ordem imperial e como governante prudente, capaz de restaurar a estabilidade sem recorrer exclusivamente à violência repressiva. A



política de pacificação aparecia, assim, associada à ideia de reconstrução moral e administrativa dos sertões fronteiriços.

Antes de deixar Carolina, Mascarenhas reorganizou a presença militar na região, posicionando um destacamento de Primeira Linha com quarenta soldados sob o comando do Primeiro Cadete Joaquim de Santana Xavier de Barros. Outros dois pequenos destacamentos foram enviados para Santa Maria e Duro.

A justificativa apresentada pelo presidente provincial era reveladora: “só a segurança conduz à pacificação, e esta à liberdade”. A frase sintetiza a lógica política que orientava a ação provincial no contexto da Balaiada: a militarização do território aparecia como condição necessária para a reconstrução da ordem e da autoridade imperial nos sertões do norte goiano.

A reorganização promovida por Mascarenhas não se limitava, contudo, à presença militar. O presidente provincial destacou em seus relatórios a criação de uma aula de primeiras letras em Carolina, a nomeação de professores, a reorganização do serviço de correio no rio Tocantins e o estímulo à instrução pública em localidades como São José do Tocantins, Natividade e Arraias. A presença de escolas, rotas de comunicação e estruturas administrativas surgia associada ao mesmo projeto político de pacificação e fortalecimento do controle estatal sobre as regiões interiores da província.

Os indícios da Balaiada no norte de Goiás revelam que a resposta provincial à crise ultrapassou o campo estritamente militar. A repressão ao movimento articulou-se à ampliação da presença administrativa do Estado, à reorganização das estruturas locais de autoridade e à tentativa de integração política dos sertões às dinâmicas de controle do Império. A experiência da Balaiada transformava-se, assim, em argumento para justificar a militarização preventiva, o fortalecimento das instituições provinciais e a expansão da presença estatal nas fronteiras das províncias do Brasil regencial.

As repercussões da Balaiada no norte de Goiás evidenciam, portanto, que a revolta ultrapassou os limites territoriais do Maranhão e integrou uma ampla zona sertaneja de circulação política, militar e social durante o período regencial. Mesmo quando a presença efetiva dos rebeldes era limitada, a circulação de notícias, rumores e expectativas de revolta já produzia efeitos concretos sobre a organização política da província: fortalecimento da Guarda Nacional, envio de destacamentos militares, ampliação da vigilância e maior presença administrativa do Estado nas regiões interiores.

O estudo das repercussões da Balaiada no norte da província de Goiás contribui para ampliar a compreensão das revoltas regenciais para além de seus espaços tradicionalmente analisados pela historiografia. Ao deslocar o olhar para as fronteiras internas do Império, o artigo



evidencia como circulação de notícias, redes sertanejas e percepções de ameaça influenciaram práticas de vigilância, repressão e fortalecimento da presença estatal em regiões afastadas dos principais centros políticos do período. Ao mesmo tempo, a pesquisa demonstra os limites da própria documentação oficial, marcada por estratégias discursivas de legitimação da ordem e criminalização dos rebeldes. Nesse sentido, o trabalho aponta para a necessidade de novas investigações sobre as conexões entre sertões, circulação interprovincial e experiências políticas populares no interior do Brasil oitocentista, especialmente em áreas ainda pouco exploradas pela historiografia das revoltas regenciais.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. A guerra dos bem-te-vis: a Balaiada na memória oral. São Luís: SIOGE, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORREIO OFICIAL. Goyaz, 1840.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DIAS, Claudete Maria Miranda. Balaios e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja. Teresina: EDUFPI, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOIÁS (Província). Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo presidente José de Assis Mascarenhas. Goyaz: Tipografia do Correio Oficial, 1840/1841.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. A Balaiada. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema. São Paulo: Hucitec, 2004.